



BOLETIM OFICIAL

SUMÁRIO

Chefia do Governo:

Gabinete do Primeiro-Ministro.

Direcção-Geral da Administração.

Ministério das Infra-estruturas, Transportes e Mar:

Gabinete do Ministro.

Ministério da Saúde:

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração.

Ministério da Administração Interna:

Gabinete do Ministro.

Gabinete do Secretário de Estado da Descentralização e Desenvolvimento Regional.

Direcção-Geral da Administração Eleitoral.

Ministério das Finanças e Administração Pública:

Direcção-Geral da Administração Pública.

Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade:

Direcção de Administração.

Ministério da Educação e Ensino Superior:

Direcção de Recursos Humanos.

Ministério da Cultura:

Instituto do Arquivo Histórico Nacional.

Município de Sal:

Câmara Municipal.

CHEFIA DO GOVERNO

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho de S. Ex^a o Primeiro-Ministro:

De 6 de Junho de 2006:

ACRIDES – Associação Crianças Desfavorecidas, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei nº 59/2005, de 19 de Setembro.

VerdeFam – Associação Cabo-Verdiana para Protecção da Família, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei nº 59/2005, de 19 de Setembro.

Gabinete do Primeiro-Ministro, na Praia, aos 7 de Junho de 2006. – O Director do Gabinete, *Pedro Andrade Semedo*.

Direcção-Geral da Administração

Despacho de S. Ex^a a ex-Ministra-Adjunta do Primeiro-Ministro:

De 17 de Novembro de 2005:

Com anuência do Conselho Superior da Magistratura Judicial e ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 2º, 3º e 12º o nº 3 do Decreto-Legislativo nº 3/95 de 20 de Junho, 11º e 13º do nº 2 do Decreto-Lei nº 87/92 de 16 de Julho, 38º e 39º do nº 1, alínea f) da Lei nº 135/IV/95 de 3 de Julho, com alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 64/V/98 de 17 de Agosto, é nomeado Manuel de Jesus Lopes Cabral, Juiz de direito do quadro da Magistratura Judicial, para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Assessor da Ministra-adjunta do Primeiro-Ministro, prestando serviço no Centro Jurídico, com efeitos a partir de 10 de Novembro de 2005.

Os encargos resultantes serão suportados pela dotação inscrita no código económico 3.01.01.01 do orçamento em execução do Gabinete de S. Ex^a a Ministra-Adjunta do Primeiro-Ministro.

Direcção-Geral de Administração da Chefia do Governo, na Praia, aos 31 de Maio de 2006. – A Directora dos Recursos Humanos e Assuntos Gerais, *Dulcelina Silva*.

—oço—

MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS,
TRANSPORTES E MAR

Gabinete do Ministro

Despacho de S. Ex^a o Ministro de Estado e das Infraestruturas, Transportes e Mar:

De 26 de Maio de 2006:

Nos termos do artigo 27º, do anexo ao Decreto-Regulamentar nº 1/2004 que cria o Instituto das Comunicações e das Tecnologias de Informação (ICTI) o Ministro de Estado das Infraestruturas, Transportes e Mar, nomeia Cláudio Ramos Duarte, mestre em Planeamento Económico e Gestão de Finanças Públicas, técnico superior principal do quadro do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Infraestruturas, Transportes e Mar, como representante do mesmo Ministério no Conselho Consultivo desse Instituto, devendo o mesmo presidir esse órgão.

Gabinete do Ministro de Estado e das Infraestruturas, e Mar, na Praia, aos 26 de Maio de 2006 – A Directora de Gabinete, *Gertrudes Maria Soares*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direcção-Geral dos Recursos Humanos
e Administração

Despachos de S. Ex^a o Ministro de Estado e da Saúde:

De 24 de Março de 2006:

Rosa Maria Amarante Cardoso, enfermeira geral, escalão V, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde – homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 15 de Março de 2006, que é do seguinte teor:

«Deve ser reavaliada na consulta de cirurgia do Hospital de São José em Lisboa».

De 30:

José Pereira Gonçalves, ajudante dos serviços gerais do quadro da Câmara Municipal da Praia – homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 23 de Março de 2006, que é do seguinte teor:

«Que o examinado se encontra definitivamente incapacitado para o exercício da sua profissão».

Maria Odete dos Santos Tiene, enfermeira geral, escalão II, índice 120, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde - homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 29 de Março de 2006, que é do seguinte teor:

«Deve ser evacuada com a máxima urgência para um Centro Especializado em Gastroenterologia/Oncologia no exterior do País».

Manuel da Luz Lobo, condutor auto do quadro da Câmara Municipal de São Filipe, Fogo - homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 23 de Março de 2006, que é do seguinte teor:

«Que o examinado se encontra definitivamente incapacitado para o exercício de qualquer profissão».

Maria Helena Tavares dos Reis, ex-funcionária da Direcção-Geral da Administração Pública - homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 23 de Março de 2006, que é do seguinte teor:

«Que a examinada se encontra definitivamente incapacitada para o exercício da sua profissão».

De 3 de Abril:

Quirino Fonseca Neves, porteiro, aposentado, do quadro privativo do Hospital “Dr. Baptista de Sousa” - homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 29 de Março de 2006, que é do seguinte teor:

«Deve ser evacuado com a máxima urgência para um Centro Especializado em Oncologia no exterior do País».

De 26:

Carlos Alberto Ferreira Santos, técnico profissional de primeiro nível, do quadro do Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas - homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 20 de Abril de 2006, que é do seguinte teor:

«Que o examinado se encontra definitivamente incapacitado para o exercício da sua actividade profissional».

De 5 de Maio:

Amado Sanches Vieira Lopes, professor do ensino básico integrado, do quadro do Ministério da Educação, Ensino Superior e Ciências - homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 27 de Abril de 2006, que é do seguinte teor:

«Que o examinado deve ser evacuado para um Centro de Cardiologia para estudo e eventual tratamento».

Maria Jesus Horta, auxiliar administrativo, referência 2, escalão B, do quadro do Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas - homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 23 de Março de 2006, que é do seguinte teor:

«Que a examinada se encontra definitivamente incapacitada para o exercício da sua profissão».

Maria de Lourdes Andrade Alves de Azevedo Fernandes, assessora do Secretário de Estado da Administração Pública - homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 27 de Março de 2006, que é do seguinte teor:

«Que a examinada deve ser evacuada para controle e reforço de laser».

Obs.: tem consulta marcada para o dia 8 de Maio de 2006.

Domingas Furtado Tavares, ajudante dos serviços gerais da Câmara Municipal de Santa Catarina - homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 27 de Abril de 2006, que é do seguinte teor:

«Que a examinada deve ser evacuada para um Centro de Nefrologia, de acordo com o protocolo. Contudo, considerando os níveis de ureia e criatinina, sugere-se que a evacuação se faça com a maior brevidade possível».

Obs.: Deve manter-se de baixa até à data da evacuação.

De 8:

Ana Paula dos Santos Oliveira, enfermeira geral, escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde - homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 3 de Maio de 2006, que é do seguinte teor:

«Deve ser evacuada para um Centro Especializado em Endocrinologia no exterior do País».

De 9:

Rosária Maria Meio Spencer, enfermeira, aposentada, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde - homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 26 de Abril de 2006, que é do seguinte teor:

«Deve ser evacuada para ser reavaliada no Serviço de Hematologia do Hospital de Santa Maria em Lisboa».

De 15:

Vaneida Selise Livramento Oliveira, filha do professor do ensino secundário, do quadro do Ministério da Educação, Ensino Superior e Ciências, Silvio Oliveira, -homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 11 de Maio de 2006, que é do seguinte teor:

«Que a examinada deverá ser reevacuada para o Serviço de ortopedia onde vem sendo seguida no Hospital de Egas Moniz, assim que estiver programada a cirurgia/avaliação».

Obs.: Dada à menoridade, deve ser acompanhada por um familiar.

De 22:

António Lisboa Santos Oliveira, pai da secretária da Embaixada de Cabo Verde em Portugal, Alice Maria Ferreira Santos - homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 17 de Maio de 2006, que é do seguinte teor:

«Deve ser evacuado com a máxima urgência para um Centro Especializado em Cardiologia no exterior do País».

De 26:

Felipe Boaventura Gonçalves, funcionário da Câmara Municipal do Porto Novo - homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 10 de Maio de 2006, que é do seguinte teor:

«Deve ser evacuado com a máxima urgência para um Centro Especializado em Oncologia no exterior do País».

Fernando Quintino Neves, funcionário da Repartição das Alfândegas de São Vicente - homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 12 de Maio de 2006, que é do seguinte teor:

«Deve ser considerado incapaz para o exercício de qualquer actividade profissional».

Obs.: As faltas dadas ao serviço até à presente data devem ser justificadas.

Maria Estefânia Ramos, professora do ensino básico integrado, do quadro do Ministério da Educação, Ensino Superior e Ciências - homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 17 de Maio de 2006, que é do seguinte teor:

«Encontra-se incapaz para o exercício de qualquer actividade profissional».

Obs.: As faltas dadas ao serviço até à presente data devem ser justificadas.

José Maria Ramos, magistrado da comarca da Ribeira Grande - homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 17 de Maio de 2006, que é do seguinte teor:

«Deve ser considerado incapaz para o exercício de qualquer actividade profissional».

Angela de Sena Gonçalves Tavares, ajudante dos serviços, referência 1, escalão C, do quadro do Ministério das Infra-estruturas, Transportes e Mar - homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 11 de Maio de 2006, que é do seguinte teor:

«Que a examinada se encontra definitivamente incapacitada para o exercício da sua actividade profissional».

Nicolau Pereira Gonçalves, ajudante dos serviços da Câmara Municipal da Praia - homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 11 de Maio de 2006, que é do seguinte teor:

«Que o examinado se encontra definitivamente incapacitado para o exercício da sua actividade profissional».

Maria da Glória Soares de Oliveira Fortes, médica geral, escalão II, índice 115, do quadro da Direcção Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde - homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 10 de Maio de 2006, que é do seguinte teor:

«Deve ser evacuada para ser avaliada na consulta do Instituto Português de Oncologia».

Obs.: Tem consulta marcada para o dia 9 de Junho de 2006.

De 5 de Junho:

Eunice Virgínia Ortet de Barros, assistente administrativo, do quadro do Ministério dos Negócios estrangeiros, Cooperação e Comunidades - homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 25 de Maio de 2006, que é do seguinte teor:

«Que a examinada se encontra definitivamente incapacitada para o exercício da sua actividade profissional».

Obs.: As faltas dadas ao serviço de 27 de Maio de 2005 à presente data, devem ser justificadas.

Marcos Eugénio Alves Brito, filho do agente da Guarda Fiscal, do quadro do Ministério das Finanças e Administração Pública, Manuel Alves Brito - homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 24 de Maio de 2006, que é do seguinte teor:

«Deve ser evacuado para um Centro Especializado em Urologia, no exterior do País».

Obs.: Devido à sua menoridade deve ser acompanhado pela mãe.

João Fortes Fernandes, ex-funcionário da Capitania dos Portos de Sotavento, quadro do Ministério das Infra-estruturas, Transportes e Mar - homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 25 de Maio de 2006, que é do seguinte teor:

«Que o examinado se encontra definitivamente incapacitado para o exercício de qualquer actividade profissional».

Despacho do Director-Geral dos Recursos Humanos e Administração, por delegação de S. Ex.^a o Ministro de Estado e da Saúde:

De 5 de Junho de 2006:

Ana Cristina Gomes Conceição, enfermeira graduada, escalão II, índice 140, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde - concedidos 90 (noventa) dias de licença sem vencimento, nos termos do Decreto-Legislativo n.º 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir do dia 15 de Junho de 2006.

Despacho do Director do Hospital “Dr. Baptista de Sousa”, por delegação de S. Ex.^a o Ministro de Estado e da Saúde:

De 26 de Maio de 2006:

Rosa Maria Amarante Cardoso, enfermeira geral, escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde - homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 24 de Maio de 2006, que é do seguinte teor:

«Apresentada após o regresso de Portugal».

Despacho do Director do Hospital “Dr. Agostinho Neto”, por delegação de S. Ex.^a o Ministro de Estado e da Saúde:

De 31 de Maio de 2006:

Marta Isabel dos Santos Freire Monteiro, médica geral, escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde - homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 25 de Maio de 2006, que é do seguinte teor:

«Que as faltas dadas ao serviço de 16 de Novembro de 2005 a 3 de Abril de 2006, devem ser justificadas».

Despachos de Delegado de Saúde de São Filipe:

De 22 de Maio de 2006:

Alberto Correia, enfermeiro geral, escalão I, Índice 125, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde - punido com a pena prevista na alínea c), do n.º 1 do artigo 14.º da Lei 31/III/87, de 31 de Dezembro, EDAAP (Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública), revisto pelo Decreto-Legislativo n.º 8/87, de 8 de Maio - Suspensão - graduada em 90 (noventa) dias.

Luís de Pina Fernandes, enfermeiro geral, escalão II, índice 120, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde - punido com a pena prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 14.º da Lei 31/III/87, de 31 de Dezembro, EDAAP (Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública), revisto pelo Decreto-Legislativo n.º 8/87, de 8 de Maio - Suspensão - graduada em 90 (noventa) dias.

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, na Praia, aos 6 de Junho de 2006. - O Director-Geral, *Mateus Monteiro Silva*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Ministro

Despacho de S. Ex.^a o Ministro da Administração Interna:

De 30 de Março de 2006:

José Henrique Moreno Mendes, técnico superior, referência 13, escalão A, do quadro de pessoal não policial da Polícia de Ordem Pública, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Director de Gabinete do Ministro da Administração Interna, Nível IV, nos termos do artigo 3.º, n.ºs 1 e 3, do Decreto-Legislativo n.º 3/95, de 20 de Junho, conjugado com o artigo 14.º, alínea b), da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 3 de Abril de 2006.

Gabinete do Ministro da Administração Interna, na da Praia, aos 31 de Maio de 2006. - O Director de Gabinete, *José Henrique Moreno Mendes*.

Gabinete do Secretário de Estado da Descentralização e Desenvolvimento Regional

Despacho de S. Ex.^a o Secretário de Estado da Descentralização e Desenvolvimento Regional:

De 25 de Outubro de 2005:

É nomeada Karine de Carvalho Andrade Ramos, para em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de assessora Jurídica do Gabinete de S. Ex.^a o Secretário de Estado da Descentralização e Desenvolvimento Regional, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 a 3 do Decreto-Legislativo n.º 3/95, de 20 de Junho, com efeitos a partir do dia 26 de Outubro de 2005.

A despesa tem cabimento na dotação provisional inscrita na divisão 10.19.02 código 3.01.01.01 do quadro especial do orçamento MAI -GSEDDR.

Gabinete do Secretário de Estado da Descentralização e Desenvolvimento Regional, na Praia, aos 31 de Maio de 2006. - O Director de Gabinete, *Cornélia Pereira*.

Direcção-Geral da Administração Eleitoral

EDITAL N.º 4/2006

Nuias Mendes Barbosa da Silva, Director-Geral da Administração Eleitoral, faz público, nos termos dos artigos 39.º e 40 do Código Eleitoral, aprovado pela Lei n.º 92/V/99, de 8 de Fevereiro, que é a seguinte a composição da Comissão de Recenseamento Eleitoral do Concelho do Tarrafal de São Nicolau.

Membros efectivos

- João Domingos Lopes Rodrigues;
- Hermindo Manuel Ramalho
- Avelino Ramos Martins.

Membros Suplentes

- Emanuel Brito Gomes
- Sandra Maria Brito Gomes

Direcção-Geral da Administração Eleitoral, na Praia, aos 6 de Junho de 2006. - O Director-Geral, *Nuias Silva*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral de Administração Pública

RECTIFICAÇÃO

Por erro da Administração foi publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* II Série nº 15/2006 de 19 de Abril de 2006, o despacho da Directora-Geral da Administração Pública, por delegação de S. Ex^a o Ministro da Reforma do Estado e Administração Pública, respeitante a desligação de serviço, para efeitos de aposentação, de Manuel Correia dos Santos Pina, assistente administrativo, referencia 6, escalão C, pelo que novamente se publica:

Despacho da Directora-Geral da Administração Pública, por delegação de S. Ex^a o Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública:

De 10 de Janeiro de 2006:

Manuel Correia dos Santos Pina, assistente administrativo, referência 6, escalão C, do Liceu Domingos Ramos do Ministério da Educação Valorização dos Recursos Humanos – desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5.º, n.º 2, alínea *a*) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, por ter sido declarado incapaz para exercício da sua actividade profissional, de acordo com opinião da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 13 de Outubro de 2005 e homologado por despacho do Ministro da Saúde de 20 de Outubro de 2005, com direito a pensão provisória anual de 233.028\$00 (duzentos e trinta e três mil, vinte e oito escudos), sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º, do mesmo diploma, correspondente a 26 anos 6 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 31 de Outubro de 2005 do Director de Serviços de Processamento e Execução Orçamental, foi deferido o pedido de descontos para compensação de aposentação, referente ao período de 5 anos, 7 meses e 13 dias.

O montante em dívida no valor de 75.334\$00, (setenta e cinco mil, trezentos e trinta e quatro escudos) poderá ser descontado em 70 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.090\$00 e as restantes de 1.076\$00.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no Cap. 1.º, Div. 15.º, Cód. 35.03.01.01, do orçamento vigente – (Visado pelo Tribunal de Contas, em 13 de Março de 2006).

Direcção de Administração do Ministério das Finanças e Administração Pública, na Praia, aos 6 de Junho de 2006. – A Directora de Administração, *Diela da Graça Évora*.

—ofo—

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

Direcção de Recursos Humanos

Despachos do ex-Secretário-Geral do Ministério da Educação e Valorização de Recursos Humanos, no uso de competência Ministerial delegada:

De 12 de Junho de 2005:

Alfredo Agues Ribeiro, professor primário, referência 3, escalão A, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos - Concelho do Maio, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria Augusta Ribeiro, professora primária, referência 3, escalão A, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos - Concelho do Maio, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Alexandra Maria Pires Silva, professora primária, referência 3, escalão A, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos - Concelho de São Vicente, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Lenisa Simoa Oliveira, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos - Concelho de São Nicolau, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria do Carmo Monteiro Santos, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos - Concelho de São Vicente, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria Gomes, educadora de infância, referência 2, escalão F, em exercício de funções no I.C.S -Concelho de São Filipe, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria Filomena Lopes Cardoso Vieira Barbosa Dias da Fonseca, educadora de infância, referência 2, escalão C, em exercício de funções no I.C.S -Concelho de São Filipe, atribuído subsídio mensal de 30% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria Madalena Barros Souto Amado Monteiro, educadora de infância, referência 2, escalão F, em exercício de funções no I.C.S - Concelho de São Filipe, atribuído subsídio mensal de 30% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria Luísa Barcelos Lima, educadora de infância, referência 2, escalão C, em exercício de funções no I.C.S - Concelho de Praia, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria Ramos, educadora de infância, referência 2, escalão C, em exercício de funções no I.C.S - Concelho de São Filipe, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

As despesas têm cabimento na verba inscrita, na divisão 10.16.06, Cl. Ec. 3.01.01.05 do orçamento do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos. – (Visados pelo Tribunal de Contas aos, 10 de Maio de 2006.

Maria do Carmo Gomes Teixeira, professora primária, referência 3, escalão D, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos - Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 30% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria Bernardete Livramento Monteiro, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão C, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos -Concelho de Santa Catarina, atribuído

subsídio mensal de 30% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria Elda Correia Centeio, professora primária, referência 3, escalão B, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos - Concelho de São Filipe, atribuído subsídio mensal de 30% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria Isabel Soares, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão C, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos - Concelho de São Vicente, atribuído subsídio mensal de 30% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Vicência de Sousa da Cruz dos Santos, professora primária, referência 3, escalão C, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos - Concelho de São Vicente, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria da Ressurreição Chantre Faial, professora primária, referência 3, escalão B, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos - Concelho do Paul, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

António Landim Vaz, professor primário, referência 3, escalão A, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos - Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Antonino Pascoal Lopes de Brito, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos - Concelho de São Nicolau, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Nicolau Ledo de Andrade, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos - Concelho dos Mosteiros, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

De 28 de Agosto:

Marcelina Ramos Alves Rodrigues, professora primária, referência 3, escalão A, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos - Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Emanuel Francisco Silva Oliveira, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos - Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria Hondina Mendes Furtado, professora primária, referência 3, escalão A, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos - Concelho de São Miguel, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2001 até 30 de Setembro de 2003.

De 20 de Novembro:

Domingos Lopes, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão C, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos - Concelho da Brava, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

(Visados pelo Tribunal de Contas aos, 12 de Maio de 2006).

De 10 de Janeiro de 2006:

Domingos Monteiro Nunes, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos - Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

João José Spínola Barbosa, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos - Concelho de São Filipe, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Antão Teodoro Monteiro, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos - Concelho do Porto Novo, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Elísio Gonçalves Andrade, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão C, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos - Concelho de São Domingos, atribuído subsídio mensal de 20% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

(Visados pelo Tribunal de Contas aos, 10 de Maio de 2006).

José Maria Lopes Varela, professor de ensino básico de primeira, referência 7, escalão B, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos - Concelho de Santa Catarina, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Rita Maria Correia Silva Gomes, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos - Concelho do Maio, atribuído subsídio mensal de 10% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria José de Pina Monteiro, professora primária, referência 3, escalão C, em exercício de funções na Delegação do Ministério

da Educação e Valorização dos Recursos Humanos - Concelho do Sal, atribuído subsídio mensal de 30% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria Tomásia Rodrigues da Silva, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos - Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Maria Henriqueta Livramento de Barros Vieira, professora primária, referência 3, escalão D, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos - Concelho da Praia, atribuído subsídio mensal de 40% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Noémia Maria Silva Santos, professora de ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos - Concelho de São Vicente, atribuído subsídio mensal de 30% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

Lucília Gomes, professora primária, referência 3, escalão B, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos - Concelho da Brava, atribuído subsídio mensal de 30% sobre seus vencimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de Outubro de 2004.

(Visados pelo Tribunal de Contas aos, 12 de Maio de 2006).

As despesas têm cabimento na verba inscrita, na divisão 10.16.06, Cl. Ec. 3.01.01.05 do orçamento do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos.

RECTIFICAÇÃO

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 17, II Série, de 4 de Maio de 2005, o despacho de S. Ex^a a Ministra da Educação e Valorização de Recursos Humanos, de 17 de Abril de 2005, referente a transição na carreira de professores primários, pelo que, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

Isabel Helena Correia do Santos, professor primário, referência 4, escalão D, para categoria de monitor especial, referência 5, escalão D;

Maria Rosa Lopes Correia, professor primário, referência 4, escalão D, para categoria de monitor especial, referência 5, escalão D;

Nercelinda Soares de Carvalho Silva, professor primário, referência 4, escalão D, para categoria de monitor especial, referência 5, escalão D;

Salvador Vieira, professor primário, referência 4, escalão D, para categoria de monitor especial, referência 5, escalão D;

José Tomé Moreira Varela, professor primário, referência 4, escalão D, para categoria de monitor especial, referência 5, escalão D;

Norberta Sanches Moreira, professor primário, referência 4, escalão D, para categoria de monitor especial, referência 5, escalão D;

Deve-se ler:

Isabel Helena Correia do Santos, professor primário, referência 4, escalão E, para categoria de monitor especial, referência 5, escalão E;

Maria Rosa Lopes Correia, professor primário, referência 4, escalão E, para categoria de monitor especial, referência 5, escalão E;

Nercelinda Soares de Carvalho Silva, professor primário, referência 4, escalão E, para categoria de monitor especial, referência 5, escalão E;

Salvador Vieira, professor primário, referência 4, escalão E, para categoria de monitor especial, referência 5, escalão E;

José Tomé Moreira Varela, professor primário, referência 4, escalão E, para categoria de monitor especial, referência 5, escalão E;

Norberta Sanches Moreira, professor primário, referência 4, escalão E, para categoria de monitor especial, referência 5, escalão E;

Direcção de Recursos Humanos do Ministério da Educação e Ensino Superior, na Praia, aos 7 de Junho de 2006. – Director de Serviço, *Ulisses Monteiro*.

—oço—

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, CRESCIMENTO E COMPETITIVIDADE

—

Direcção de Administração

Despacho de S. Ex^a o Ministro da Economia Crescimento e Competitividade:

De 1 de Setembro de 2006:

Filomena Maria Delgado Victoria Fialho, técnica superior, referência 14, escalão D, do Ministério da Economia Crescimento e Competitividade, promovida para referência 15, escalão D, nos termos dos artigos 21º e 22º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, conjugados com o artigo 10º do Decreto-Legislativo nº 13/97, de 1 de Julho e com o artigo 3º do Decreto-Regulamentar nº 13/93, de 30 de Agosto.

Sem encargos para o Orçamento do Estado.

A progressão produz efeito a partir de 7 de Agosto de 2003.

Direcção de Administração do Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade, na Praia, aos 1 de Setembro de 2004. – O Ministro, *João Pereira Silva*.

—oço—

MINISTÉRIO DA CULTURA

—

Instituto do Arquivo Histórico Nacional

Despacho do Presidente do Instituto do Arquivo Histórico Nacional:

De 31 de Maio de 2006:

Nos termos dos artigos 13º e 14º do PCCS do AHN aprovado pela Portaria nº 25/2003 de 27 de Outubro, conjugado com o artigo 10º da Portaria nº 9/2004 de 19 de Abril, com o Despacho nº1/

2004 de 17 de Maio de 2004, com efeitos a 1 de Maio de 2004, publicado no *Boletim Oficial* nº 19, II Série, de 2 de Junho de 2004, com o artigo 12º e alínea i) do artigo 14º dos Estatutos do Instituto do Arquivo Histórico Nacional, anexos ao Decreto-Regulamentar nº 7/2003 de 13 de Outubro e com a Deliberação nº 1/CA/2006 de 23 de Maio de 2006, prorrogam do escalão em que se encontram, para o imediatamente superior, os seguintes trabalhadores das referidas Direcções de Serviços do Instituto do Arquivo Histórico Nacional, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2006:

Direcção dos Serviços de Pesquisa:

Claudia Correia, técnica superior principal, do grupo A, de nível VIII, escalão B, para escalão C;

Maria José Lopes, técnica superior de primeira, do grupo A, de nível VII, escalão B, para escalão C;

José Silva Évora, técnico superior, do grupo A, de nível VI, escalão G, para nível VII, escalão A;

Ana Mafalda Gomes Furtado Pereira, técnica superior, do grupo A, de nível VI, escalão A, para escalão B.

Direcção dos Serviços Técnicos

José Maria Vieira de Brito Almeida, técnico superior de primeira, do grupo A, de nível VII, escalão F, para escalão G;

Rosa Gentil dos Reis de Melo Andrade, técnica superior de primeira, do grupo A, de nível VI, escalão F, para escalão G;

Ana Maria dos Reis Borges Soares de Carvalho, técnica superior, do grupo A, de nível VI, escalão A, para escalão B;

Maria da Luz Pires, técnica superior, do grupo B, de nível V, escalão G, para nível VI, escalão A;

Direcção dos Serviços de Comunicação e Relações Externas:

Sandra Helena Mascarenhas Lopes Martins, técnica superior, do grupo A, de nível VI, escalão A, para escalão B.

Instituto do Arquivo Histórico Nacional, na Praia aos 31 de Maio de 2006. – O Presidente, *José Maria Almeida*.



MUNICÍPIO DE SAL

Câmara Municipal

Despacho do Presidente da Câmara Municipal:

De 4 de Maio de 2006:

Carmem Santos Carvalho Neves, técnico superior, referencia 14, escalão B do quadro privativo da Câmara Municipal do Sal, exercendo as funções de Directora dos Serviços Técnicos e Urbanismo, desde 14/10/04, é promovida para técnico superior principal, referencia 15, escalão B, nos termos da alínea a) e b) do artigo 10º do Decreto-Legislativo nº 13/97 de 1 de Julho, conjugado com alínea e) do artigo 28 do Decreto-Lei nº 86/92 de 16 de Julho.

Câmara Municipal de Sal, aos 23 de Maio de 2006. – O Secretário Municipal, *Gabriel Romualdo Neves*.



BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.



Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: incv@cvtelcom.cv

ASSINATURAS

	Para o país:		Para países estrangeiros:	
	Ano	Semestre	Ano	Semestre
I Série	8.386\$00	6.205\$00	I Série	11.237\$00 8.721\$00
II Série	5.770\$00	3.627\$00	II Série	7.913\$00 6.265\$00
III Série	4.731\$00	3.154\$00	III Série	6.309\$00 4.731\$00

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO por cada página 15\$00

PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página	8.386\$00
1/2 Página	4.193\$00
1/4 Página	1.677\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

PREÇO DESTE NÚMERO — 120\$00